

PLANTÃO FISCAL

ANO 34 | Nº 150 | DEZEMBRO DE 2021

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - AGAFISP

ENCONTRO FESTIVO REÚNE ASSOCIADOS DE TODO O ESTADO



**PEC 32 EM COMPASSO
DE ESPERA
PÁGS. 2 E 3**

**INTEGRAÇÃO NOS
EVENTOS VIRTUAIS
PÁG. 6**

**SAIBA SE SEU CPF
ESTÁ SEGURO
PÁG. 8**

www.agafisp.org.br

EXPEDIENTE

Plantão Fiscal é uma publicação digital exclusiva da Associação Gaúcha dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (AGAFISP).

Endereço: Rua Siqueira Campos, 1171, 10º e 11º andares | CEP 90010-001 - Porto Alegre (RS)
Fones: (51) 3224-4355 | (51) 99218-6256 (WhatsApp)
Site: www.agafisp.org.br
E-mail: agafisp@agafisp.org.br

Diretoria**Presidente**

Luiz Carlos Santos da Silva

Vice-presidente

José Amilton Vieira Freire

Diretora Administrativa

Tânia Maria Faria Garcia

Diretor Financeiro

Cláudio Roberto Dornelles Macedo

Diretor Financeiro Adjunto

Nereu Alberto Finck Capeletti

Diretor de Política de Classe

Vilson Antonio Romero

Diretora Cultural, Social e Esportiva

Elisabete dos Santos Diniz

Diretora de Aposentados, Pensionistas e

Serviços Assistenciais

Odete Luiza Denardin

Diretor Jurídico

Rudimar Nunes Fraga

Conselho Deliberativo**Natos**

Bruno Fioravante Gemin, César Roxo Machado, Dulce Willenbring de Lima, Hugo Mallmann de Miranda, José Amilton Vieira Freire (licenciado), Maria do Carmo Costa Pimentel, Maria Erbênia Ribas Camargo, Marville Taffarel, Tânia Maria Faria Garcia (licenciada), Terezinha dos Santos Wilges e Vilson Antonio Romero (licenciado).

Eleitos

Antonio Augusto Cavalheiro Pires, Beatriz Machado Floriano, Cilésia de Vargas Veiga, Clecy Carnieletto Muller, Dilma Oliveira da Silva, James Daltei Kadletz, João Ressoly Ferreira, Liége Maria de Souza, Luisa Salette Dalla Zen, Luiz Ubirajara Mezomo, Maria de Lourdes de Castilhos, Mateos Augusto Paludo e Paulo Roberto Finger.

Conselho Fiscal**Titulares**

Felício dos Passos Brum, João Carlos Roldan Filho e João Evair Hugo.

Suplentes

Carlos Fernando Schuch, Camilo Fragata dos Santos Neto e Luiz Fernando dos Santos Pereira.

Plantão Fiscal**Jornalista responsável**

Vilson Antonio Romero - DRT/RS 8236

Diagramação e Planejamento Gráfico

Marina Rodrigues

Fotos

Arquivo pessoal - AGAFISP e ANFIP

OPINIÃO

Os senadores e a Reforma Administrativa

*Vilson Antonio Romero

A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 32, de iniciativa do Poder Executivo, foi apresentada ao Congresso Nacional em setembro de 2020, objetivando alterar dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modificar a organização da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, estados, Distrito Federal e municípios.

O texto inicial mudava 27 trechos da Constituição Federal e introduzia 87 novos, sendo 4 artigos inteiros. As principais medidas tratavam da contratação, da remuneração e do desligamento de pessoal, válidas, segundo anunciava o governo, somente para quem ingressasse no setor público após a aprovação das mudanças.

A PEC original também trazia regras transitórias e previa a eventual atuação dos entes federativos na regulamentação, já que alguns dispositivos — como exigência da criação de novos regimes jurídicos específicos para servidores —, se aprovados, dependem de regulamentação posterior à promulgação das mudanças pelo Congresso Nacional.

No debate e votação que ocorreu na CCJ, foram retirados os novos princípios da Administração Pública propostos pelo governo: imparcialidade, transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, boa governança pública e subsidiariedade. Verborragia inútil que poderia redundar em judicialização.

Foram também rejeitados outros 2 pontos: o que permitia ao presidente extinguir, transformar e fundir entidades da Administração Pública autárquica e fundacional, via decreto; e o que impedia a realização de qualquer outra atividade remunerada pelos servidores ocupantes de cargos típicos de Estado.

Na Comissão Especial, o relator Arthur Maia (DEM-BA), manteve de forma relativa a estabilidade e os direitos adquiridos dos servidores atuais. Entre as principais inovações estão a avaliação autoaplicável do desempenho de servidores, as regras para convênios (acordos de cooperação) com empresas privadas sendo autorizadas a gerir serviços públicos (como escolas e hospitais) e a “farra dos temporários” que poderão ser contratados por até 10 anos em todas as esferas de governo.

Embora já ocorra a gestão de serviços públicos por intermédio de organizações sociais e a contratação de temporários para atividades específicas, com limitações temporais e legais nos entes subnacionais, com o texto aprovado, locupletam-se todos da iniciativa privada ao “tomarem de assalto” o Estado brasileiro. Outras medidas ainda poderão aprofundar a reforma quando do debate e votação em 2 turnos no plenário da Câmara.

No que diz respeito ao Senado, os parlamentares ainda estão distantes dessa discussão, apesar de estarem acompanhando a tramitação na Câmara senadores como Kátia Abreu (PP-TO), Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e Antonio Anastasia (PSD-MG) que integram a coordenação da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa.

No Senado, a PEC tem rito abreviado, com a CCJ assumindo a análise de mérito, por maioria simples, e não havendo comissão especial, como na Câmara dos Deputados. No plenário, também são necessárias 2 votações e 3/5 dos votos (49) dos 81 senadores para aprovação da Emenda.

O Observatório do Parlamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público revela que há 25 senadores favoráveis à Reforma, mesmo desconhecendo o texto que chegará à Casa Revisora. Outros 14 publicaram posição contrária à proposta. Mas a maioria (42) registra indecisão, pelo menos até agora.

Portanto, há espaço político expressivo para a atuação das representações de servidores e sociedade para obstaculizar a aprovação de mudança constitucional que, até o presente momento, sinaliza fortemente para o “desmonte” do serviço público brasileiro.

REFORMA

AGAFISP debate PECs em eventos virtuais

O Diretor de Política de Classe, Vilson Antonio Romero, participou de diversos eventos virtuais de debate e esclarecimento sobre a PEC 32/2020, da Reforma Administrativa, e a PEC 23/2021, que trata do adiamento do pagamento dos precatórios e da securitização dos recebíveis relativos às contas públicas.

Além das reuniões semanais da Frente RS em Defesa do Serviço Públicos, da qual é um dos coordenadores, e dos eventos nacionais dos coletivos nos quais participa a ANFIP, houve duas teleconferências de destaque no último trimestre, uma com parlamentares municipais de Osório (RS) e outra com os dirigentes e associados das entidades de técnicos e administradores da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Acespa/Ascontec).



ENCONTROS



Sucesso na excursão a Iraí e Ametista do Sul



Almoço festivo no dia do servidor público e aprovação de reforma estatutária

HOMENAGEM

Confraternização de final do ano reúne festivamente dezenas de associados

O Jantar Anual de Confraternização voltou a ser presencial, com mais de uma centena de associados, convidados e autoridades marcando presença, em 19 de novembro, no Salão Bavária, da Sociedade Ginástica de Porto Alegre (Sogipa).

A banda Áudio Mix embalou os primeiros passos de dança de um grupo animado que brindou ao Novo Ano, saboreou as delícias do Buffet Bettino e teve sempre a cordialidade da recepção das colaboradoras e diretores da AGAFISP.

Estiveram presentes o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, o ex-presidente Marville Taffarel e a coordenadora do Conselho Deliberativo, Dulce Willenbring de Lima, bem como representantes de entidades coirmãs e associados de fora da capital, no encontro que teve como cerimonialista o diretor Rudimar Fraga.

Um belo retorno ao novo normal, neste final de 2021. Viva 2022!

GALERIA



MENSAGEM DO PRESIDENTE

“

Neste final de ano, por conta ainda da pandemia, as celebrações das festas terão que ser um pouco diferentes. Nem todas as famílias poderão se reunir, mas isso não é motivo para as datas especiais perderem seu brilho. Então amigos, sócios, conselheiros, colaboradores, prestadores de serviços e comunidade em geral, a AGAFISP em nome de toda a diretoria deseja que o Natal deste ano, mais do que nunca, é de agradecer e dentro do possível, estarmos perto das pessoas que amamos, é momento de perdoar, fazer de Jesus nosso melhor amigo, pois Ele é o maior motivo do Natal e da nossa existência, é o modelo e guia de perfeição para todos nós. Feliz Natal e um Ano Novo cheio de amor, paz, saúde, amizade, humildade e sabedoria.

(Luiz Carlos Santos da Silva)

ANIVERSARIANTES

DEZEMBRO

- 2 - Enio Moacir de Oliveira Maeski
- 5 - Caramuru Oliveira e Nina Rosa de Oliveira Dias
- 6 - Edith da Silva Guaraldie e Lea Rocha de Campos
- 7 - Jose Carlos Soares
- 8 - Rita de Cassia Oliveira Soares
- 9 - Jurema Nunes da Silva e Maria Ivonete da Costa
- 10 - Maria Regina Gomes Lobo, Salome Maria Borba de Miranda e Valdir Lopes Antunes
- 11 - James Daltei Kadletz e Valmir Alves Machado
- 13 - Jussara Pacheco Valle, Lelia Diehl Mainieri, Maria Mercedes Dominguez e Valmor Jose Lazzari
- 14 - Nelcir Teresinha Perachi
- 15 - Luzia Bampi Delicor
- 17 - Clari de Nadal dos Santos
- 18 - Zelda Leonhardt Braga
- 19 - Jussara Torrano Lawall e Marcos Collatto
- 20 - Daniel Almeida, João Antero Leite Freitas, Luiz Weschenfelder e Waldir Curvelo
- 21 - Eloa Machado Miller
- 22 - Cedula Nery Kerber e Jose Fortunato Zavaglia
- 23 - Dario Trogildo e Marlene Amanda de Jesus
- 24 - Maria Avila, Olga Manni e Renato Jose Scheirr
- 25 - Ermi Souto dos Santos e Ines Eva Dutkevicz
- 26 - Liege Maria de Souza
- 28 - Eurico Cervo, Mateos Augusto Paludo e Sarita Eloiza Caruso
- 29 - Amabile Moro de Mello
- 30 - Janice Irene Sefferin Goncalves Dias e Luiz Carlos Correa Braga
- 31 - Araquem Ferreira Brum

JANEIRO

- 1 - Hugo Mallmann de Miranda
- 2 - Antonio Augusto Bomfiglio Olintho
- 3 - Geny Garcia Mendez
- 4 - Ana Maria Silva de Souza, Carmen Cunha Conceição e Maria Helena Padilha
- 5 - Claudio Antonio Nascimento e Ninfa Goncalves
- 6 - Claudio José Pezzoli, Doralina Pacheco de Matos, Ildo Raimundo de Lima e Vania Tereza de Borba
- 7 - Carlos Alberto Martinbianco
- 8 - Regina Maria Ruschel Machado
- 9 - Dilmar Pregardier
- 11 - João Carlos Haushahn e João Gilberto Kurtz
- 12 - Marlene Pereira Fortes
- 13 - Jose Aloysio Heck
- 15 - Claudio Renato Goncalves dos Santos e Nadia Regina Michel Martins
- 16 - Celia Pigatto, Lourdes Teresinha Rossoni Luvison e Paulo Roberto Gomes
- 17 - Candido Norberto Ferreira Bochi, Lenora Canini Avila e Luiz Benito Testa de Giusti
- 18 - Elfriede Therezinha Ott Berger
- 19 - Vera Beatriz Goulart Coimbra
- 20 - Iolanda Joana Dala Coleta de Carvalho
- 21 - Clitete Roncony
- 22 - Judith Izabel Ize Vaz, Silvia Bomfim Rodrigues e Vilson Valerio Justin
- 23 - Alfredo Sulzbacher Wondracek e Marilene Maria Dutra Iankowski
- 24 - Eduardo Brosina Spiandorello, Elmar Weiler e Sergio Zanoni
- 26 - João Carlos Roldan Filho, Sandra Lopes e Ubirajara Silva Prates
- 28 - Maria Regina Hubner de Carvalho Leite
- 30 - Martinha Ignez Dombroski Franus
- 31 - Miguélina da Luz Acosta

FEVEREIRO

- 1 - Sergio Jose Trindade da Silveira
- 2 - Paulo Fernando Siqueira
- 3 - Zélia Barreto Lopes
- 6 - Edson Tadeu de Campos
- 7 - Auria Badia Vieira Cavalcanti, Ronaldo Teixeira Martins, Vani Maria Ceolin Aued
- 10 - Heliot Gertrudes Steigleder e Virginia Buglione
- 11 - Cesar Dib Moinho e Zita D'Avila Kurtz
- 13 - Noemi Machado Cogo e Renato Santos Bastos
- 14 - Claudio Afonso Jaureguy Montano
- 15 - Wanda Thomaz dos Santos
- 16 - Ana Flor Soledad Neculhual Carreno e Zaida Regina Centeno Rosa
- 17 - Irene Regis Cavalcanti, Jorge Marcio Gomes e Leandro Mottin Kerber
- 18 - Idione Maria Enderle
- 19 - Ana Luiza Machado Patella
- 20 - Maria Luiza de Oliveira
- 22 - Hildo Wollmann
- 24 - Edmar Luiz Gomes e Eliete Terezinha Frantz
- 25 - Carmen Luiza Marques Zapata
- 26 - Ademir Porto Alegre
- 27 - Carmen Regina Cezar de Castro, Leisa Gomes Serpa e Maria Cécilia Rodrigues Sandri
- 28 - Aldaci Rodrigues Martins, Martha Iza Marques e Paulina Ester Medeiros da Silva

ATIVIDADE

Médico orienta sobre Alzheimer



Recomendações sobre exames clínicos, laboratoriais e de imagem que detectam doenças degenerativas, em especial o Alzheimer, foram objeto da reunião virtual realizada pela AGAFISP, em parceria com a Geap – Fundação de Assistência ao Servidor Público, na manhã do dia 27 de outubro.

O palestrante e debatedor convidado foi o neurologista William Alves Martins, do Hospital da PUCRS, que também abordou os diversos medicamentos utilizados e as formas de prevenção da demência e outros efeitos da perda neurológica.

O encontro realizado através da plataforma Zoom Meetings fez parte de mais uma atividade do projeto AGAFISP Mais Perto de Você e está disponível para acesso no canal da entidade no YouTube.

CONVENÇÃO

Evento reúne filiados de todo o Brasil

A bancada gaúcha na XXVIII Convenção Nacional da ANFIP esteve representada pelos associados Dulce Lima, Vilson Romero, Nereu Capeletti, Luiz Carlos Braga e Vladimir Aquino, sob a coordenação do presidente Luiz Carlos Silva.

Ao final do evento, participaram dos processos eleitorais Vladimir Aquino como membro do Conselho Fiscal da Fundação ANFIP, Luiz Carlos Braga como membro do Conselho Fiscal da ANFIP e Vilson Romero, com candidato a Presidente da ANFIP.



JURÍDICO

Ação sobre a redistribuição tardia

Os associados que tiveram redistribuição tardia (após dezembro de 2001) para o Ministério da Fazenda devem ajuizar o processo para recebimento do Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira, nos valores pagos aos demais aposentados e pensionistas. Apesar do valor geralmente não ser de grande monta ele é devido e a urgência deve-se ao fato de em janeiro próximo incidir a prescrição sobre o direito.

O escritório de advocacia Holzmeier tem parceria com a AGAFISP para o respectivo ajuizamento relativo ao período de dezembro de 2016 até a implantação nos ganhos dos colegas inativos, cujas procurações e contratos podem ser retirados na AGAFISP ou no escritório, situado na Rua Andrade Neves, 155, conjunto 75, fone (51) 3226 9994 e Whatsapp (51) 993432845.

Imposto de renda sobre juros de precatório

Como o STF decidiu recentemente que “não incide imposto de renda sobre os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de remuneração por exercício de emprego, cargo ou função”, os auditores/pensionistas que receberam valores a título dos 28,86% (e quaisquer outras rubricas que compõem a remuneração) possuem este direito.

Atente-se que, quanto aos 28,86%, alguns auditores receberam em maio/2017, com o que, têm prazo até maio/2022 para a propositura de sua ação e assim por diante.

O escritório Munhoz Advogados Associados, que cuida dos processos dos 28,86%, se predispõe a propor estas ações individuais, que serão ajuizadas perante o JEF (Juizado Especial Federal) do foro competente da residência do auditor/pensionista, processos que são isentos de custas processuais para a primeira instância.

Para o ajuizamento da ação é indispensável à prova do pagamento do imposto de renda, que se dá pelo canhoto fornecido pela Caixa Econômica Federal na hora do recebimento dos valores do precatório.

Para aqueles de Porto Alegre que eventualmente extraviaram o comprovante, é possível obtê-lo junto à agência 0652 (da Justiça Federal), por meio dos e-mails institucionais ag0652rs03@caixa.gov.br ou ag0652@caixa.gov.br, informando nome completo, CPF e, preferencialmente, o número do processo e o mês do recebimento. Para demais cidades, é possível buscar junto à agência onde recebeu. Cada um que deseje ingressar deverá providenciar este documento.

Quem se dispuser a ingressar com a ação deve contatar a AGAFISP ou o Escritório Munhoz Advogados, com Renato Donadio Munhoz, através do telefone (51) 99151.3607, também disponível para WhatsApp www.renatomunhoz@munhozadv.com.br.

Isenção do IRPF em razão de doenças graves

A suspensão das perícias médicas, que tem por objeto a concessão de isenção de Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF em razão de doenças graves, causa prejuízos aos servidores públicos em geral.

Diversos associados estão com os pedidos de isenção parados no Ministério da Economia. Para tentar reparar estes prejuízos a AGAFISP firmou parceria com o escritório do advogado Arthur Souto Silveira visando buscar este direito à isenção por moléstia grave junto ao Judiciário Federal.

Os que se identificarem como associados da AGAFISP terão redução dos honorários de êxito para 15% (quinze por cento) incidentes sobre o valor final percebido pelo associado. As custas e demais despesas processuais são por conta do associado.

Aos interessados, favor contatar diretamente com o escritório parceiro pelo fone/Whatsapp (51) 99719-2983 ou e-mail contato@soutosilveira.com.br.

AGAFISP DIGITAL



www.agafisp.org.br



facebook.com/agafisp



agafisp@agafisp.org.br



youtube.com/agafisp

MANTENHA SEUS DADOS ATUALIZADOS

Toda e qualquer mudança nos dados cadastrais de nossos associados (novo endereço, telefone fixo ou celular, indicação de dependente, e-mail), deve ser informada pelo telefone (51) 3224-4355 ou pelo e-mail agafisp@agafisp.org.br.

SEGURANÇA

Como saber se o seu CPF já foi usado por outras pessoas

Com o aumento de vazamentos de dados, muitos brasileiros se perguntam se o seu CPF já foi usado por outras pessoas sem o devido consentimento. A resposta para essa dúvida pode ser encontrada com a ajuda de ferramentas online e gratuitas.

Por meio de consultas aos serviços de proteção ao crédito ou a plataformas oficiais do Governo Federal, por exemplo, é possível conferir se o nome do cidadão está envolvido em débitos desconhecidos, movimentações na *dark web*, solicitações de benefícios sociais ou práticas ilegais. Confira a seguir cinco formas de verificar se o seu CPF já foi usado por outras pessoas.

1. Consulte o Registrato, do Banco Central

O Registrato é um sistema administrado pelo Banco Central que reúne online todas as informações sobre as operações de crédito e relações com bancos e instituições financeiras vinculadas ao nome do cidadão. É possível acessar o serviço periodicamente para monitorar as contas bancárias associadas ao CPF e conferir se existem cadastros, abertura de contas (ativas ou inativas), movimentações desconhecidas ou dívidas, o que pode indicar fraude.

Para consultar o Registrato, é necessário validar o cadastro no próprio aplicativo do banco utilizado. Nesse procedimento, será gerado um código PIN. Em seguida, basta acessar o Registrato no site do Banco Central, informando o código, para visualizar um relatório com todas as instituições financeiras nas quais você já teve ou ainda tem conta ativa.

2. Consulte o CPF na Serasa Experian

O site Serasa Consumidor permite que o usuário consulte, de forma gratuita, se seu CPF está regular ou negativado, isto é, se a pessoa está com “nome sujo” por causa de dívidas ativas. Para isso, basta acessar a plataforma serasaconsumidor.com.br, fazer um breve cadastro com dados pessoais básicos e visualizar se existe alguma dívida em aberto. Em caso positivo, são exibidos no site o valor do débito, a empresa credora e as datas de vencimento originais.

Caso desconheça algum débito, é provável que seus dados tenham sido usados por outras pessoas para a contração da dívida. Neste caso, é necessário entrar em contato com a instituição envolvida para prosseguir com os meios de resolução da fraude.

3. Consulte o banco de dados do SCPC

Em processo semelhante ao do Serasa Consumidor, você também pode consultar se seu nome está vinculado a dívidas no SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito), o que indicaria uso indevido do CPF. Para realizar a pesquisa, basta acessar o site do [Boa Vista Consumidor Positivo](https://www.boavista.com.br), preencher um rápido cadastro com dados de identificação básicos e visualizar se existem pendências no seu nome.

Caso haja um registro desconhecido no CPF, também será necessário procurar a empresa que cadastrou o débito para resolver o problema.

4. Consulte o DataPrev

Muitos brasileiros tiveram o CPF usado de forma indevida para pedir o Auxílio Emergencial durante a pandemia. Os cidadãos que suspeitam de golpes usando seus documentos podem consultar a página oficial do benefício para saber se existem solicitações ilegais com os dados.

Para isso, basta acessar o site da DataPrev (consultaauxilio.dataprev.gov.br), informar seu CPF, nome completo, data de nascimento e nome da mãe. Então, o site exibirá se existe requerimento do auxílio emergencial vinculado àquela pessoa.

5. Cheque por vazamentos na *dark web* com o Serasa Premium

O Serasa Antifraude possui uma ferramenta online que realiza o monitoramento dos dados do usuário para saber se estes foram detectados em algum comércio ilegal na *dark web*, parte da Internet popular para o tráfico de informações sigilosas, entre outros crimes. Além disso, o serviço avisa o usuário quando o CPF é consultado na hora de uma compra ou quando uma empresa é aberta no nome do cidadão, por exemplo.

Também é possível realizar uma consulta grátis para saber se o seu e-mail está envolvido em movimentações na *dark web*. Para acessar outras ferramentas de monitoramento, no entanto, é necessário assinar o serviço Serasa Premium, que custa R\$ 25,90 por mês.

(Fonte: Rodrigo Fernandes, para o TechTudo)